

## Propriedades referenciais do reflexivo se no Português Brasileiro

DOROTHY BEZERRA SILVA DE BRITO

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas, Professora Adjunta de Linguística na Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE/UAST) e integrante do Grupo de Estudos em Teoria da Gramática (GETEGRA).

*Resumo:* Com o intuito de explicar as propriedades referenciais do clítico se no português brasileiro, assumo que este é um elemento self nos termos de Reinhart e Reuland (1999), e um reflexivo N nos termos de Déchaine e Wiltschko (2002b). Reflexivos N não são referenciais, assim a única maneira destes entrarem numa relação de coreferência é através do predicado que os introduz, estabelecendo uma relação transitiva que é verdadeiramente reflexiva ( $R[x, x]$ ). Defendo, então, que esta propriedade reflexivizadora do se é atribuída à presença do traço semântico [SELF] na sua estrutura interna, o que possibilita a interpretação reflexiva do predicado em LF.

*Palavras-chave:* reflexivos; propriedades referenciais; traços

*Abstract:* In order to explain the referential properties of the clitic se in Brazilian Portuguese, I assume that it is a self element in accordance with Reinhart & Reuland (1999), and an N-reflexive in accordance with Déchaine & Wiltschko (2002b). N-reflexives are not referential, so coreference is determined by the predicate which introduces them, assigning a transitive relation that is truly reflexive ( $R[x, x]$ ). I argue, then, that this reflexive property of se is attributed to the presence of the semantic feature [SELF] in its internal structure, which allows the reflexive interpretation of the predicate in LF.

*Keywords:* reflexives; referential properties; features



## 1. Introdução

O objetivo deste trabalho é discutir as propriedades referenciais do clítico se no Português Brasileiro (PB). Como ponto de partida, assumo que este é um elemento self nos termos de Reinhart e Reuland (R&R, 1993). R&R assumem a existência de dois tipos de reflexivos: um deles seria denominado anáforas SE (anáforas simples), que são Ds morfologicamente simples que podem ser ligados à distância, i.e., fora do que seria considerado, tradicionalmente, um domínio de ligação. Na ausência de traços  $\phi$  (traços gramaticais de gênero, número e pessoa) completos, estas anáforas têm que se combinar com núcleos que possuam no mínimo traços de número e de pessoa. Este é o caso do holandês *zich* e do islandês *sig*, por exemplo, que não são marcados nem para número nem para gênero, mas são marcados para pessoa (3ª pessoa). O outro tipo seria denominado anáforas SELF, que são Ns morfologicamente complexos compostos por um morfema SELF combinado com um elemento pronominal, os quais não podem ser ligados à distância. O morfema SELF em si não possui propriedades referenciais (nem traços), que geralmente estão presentes no elemento pronominal ao qual ele se combina. A diferença nas propriedades referenciais de anáforas, pronomes e expressões referenciais (expressões R) é formulada na proposta de R&R através da adoção do traço [ $\pm$ R(eferencial)] para itens lexicais. Os autores definem [ $\pm$ R] como um traço morfossintático que, juntamente com o traço [ $\pm$  marcador reflexivo], caracteriza sistemas anafóricos. Um item lexical somente é [+R] se for completamente especificado para os traços de pessoa, número, gênero e caso. Caso contrário, o item lexical é classificado como [-R].

(1) Quadro das propriedades referenciais para anáforas e pronomes de acordo com R&R

	SELF	SE	PRONOME
Reflexivizador	+	-	-
R(eferencial)	-	-	+

Assim, pronomes seriam [+R] e anáforas SE seriam [-R], mas ambos compartilhariam a propriedade de [- reflexivizador], ou seja, ambos não reflexivizariam o predicado que os contivesse. Anáforas SELF se comportariam como marcadores reflexivos e teriam de estar dentro do predicado que contivesse o seu antecedente.

De acordo com R&R, elementos self são marcadores reflexivos sem propriedades referenciais ou traços  $\varphi$ . O se reflexivo no PB caracteriza-se como um elemento self. Sugiro, então, a existência de um traço [SELF], presente no se reflexivo e definido abaixo em (2):

- (2) [SELF] – traço semântico cuja presença atribui ao item que o contém a propriedade de reflexivizador.

Adoto um modelo minimalista da teoria gerativa chomskyana (CHOMSKY, 1995; 1999) que lida apenas com traços durante a derivação e quando esta atinge os níveis de interface (LF e PF). [SELF], como um traço semântico, será relevante para a interpretação do predicado em LF. A presença do traço [SELF] no se modifica um predicado transitivo, em que o se poderia alternar com um DP pleno, ou seja, predicados que também são usados não reflexivamente:

- (3) a. Eu se vi no espelho.  
b. Eu vi o João no espelho.

Este traço também está presente em outros elementos, como no pronome mesmo(a), cuja adjunção a um DP pronominal torna este um reflexivizador, caracterizando uma das estratégias de reflexivização do PB:

- (4) João viu ele mesmo no espelho.

Algumas línguas apresentam um reflexo morfológico do traço [SELF]:

- (5) I saw myself. (inglês)  
 Eu vi POSS[REFL]  
 Eu me vi.
- (6) Jon foraktet seg selv. (norueguês)  
 Jon desprezou [REFL<sub>1</sub>] [REFL<sub>2</sub>]  
 “Jon se desprezou”
- (7) Jan haat zichzelf. (holandês)  
 Jan odeia SE[REFL]  
 “Jan se odeia”  
 Hans sah sich selbst. (alemão)  
 Hans viu SE [REFL].  
 “Hans se viu”

O elemento self traz, em sua estrutura interna, o traço [SELF], com as propriedades explicitadas acima.

## 2. A proposta de Déchaine e Wiltschko (D&W, 2002)

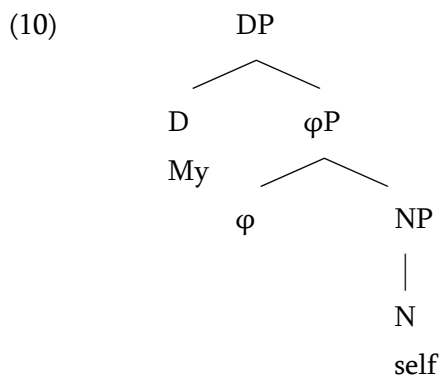
<sup>1</sup> Adaptado de D&W (2002b).

Para a descrição da estrutura interna dos reflexivos, assumo com Déchaine e Wiltschko (D&W, 2002b) que eles podem dividir-se em três categorias, reflexivos DP,  $\varphi$ P e NP, e que a categoria na qual o reflexivo se encaixa vem a determinar a relação de ligação entre ele e o antecedente: atribuição de correferência, ligação ao operador ou ligação temática, respectivamente. Estas conclusões estão resumidas no quadro em (9):

### (9) Tipologia dos reflexivos<sup>1</sup>

	D = expressão referencial R[x,y] x=y	$\varphi$ = variável OPx [x...(x)...]	N = constante R[x,x]
Ligação local	sintaxe de possessivo	reflexivo; recíproco; redução de valência	ligação coargumental, sintaxe de nominal
Ligação não local	logófora reflexiva	reflexivo de longa distância	--
Predicação	reflexivo enfático	reflexivo enfático	--

Alguns reflexivos seriam DPs, apresentando as propriedades já discutidas, e teriam a seguinte estrutura (cf. D&W, 2002b, p.73):



As autoras consideram os reflexivos das línguas românicas como reflexivos simples que são ligados localmente, com a seguinte estrutura:



Estes reflexivos teriam, então, os traços  $\phi$  codificados em sua estrutura. Se levarmos em conta contextos reflexivos do PB, podemos observar através do quadro em (12), que representa a correspondência canônica entre pronomes plenos e clíticos no PB, que nenhum dos clíticos codifica o traço de gênero e que se tem codificação ainda mais deficiente, pois não é possível, sem a presença de um antecedente, saber qual a sua especificação de pessoa, número ou gênero.

(12) Correspondência entre pronomes plenos e clíticos no PB

Não clítico	Clítico
[p:1, num:sing, gen:_] - eu	me - [p:1, num:sing, gen:_]
[p:2, num:sing, gen:_] - tu	te - [p:2, num:sing, gen:_]
[p:3, num:sing, gen:_] - você	se - [p:_, num:_, gen:_]
[p:3, num:sing, gen:masc] - ele	se - [p:_, num:_, gen:_]
[p:3, num:sing, gen:fem] - ela	se - [p:_, num:_, gen:_]
[p:1, num:plu, gen:_] - nós	nos - [p:1, num:plu, gen:_]
[p:3, num:sing, gen:_] - a gente	se - [p:_, num:_, gen:_]
[p:3, num:plu, gen:_] - vocês	se - [p:_, num:_, gen:_]
[p:3, num:plu, gen:masc] - eles	se - [p:_, num:_, gen:_]
[p:3, num:plu, gen:fem] - elas	se - [p:_, num:_, gen:_]

Excetuando-se se, os clíticos do PB podem também ser usados em contextos não reflexivos (a fonte em itálico indica que os itens têm o mesmo referente e o asterisco indica que a interpretação correferente é agramatical):

- (13) Eu se vi no espelho depois que o João me/\*se lavou.
- (14) Tu te/se viu(vistes) no espelho depois que o João te/\*se lavou.
- (15) Você se viu no espelho depois que o João te/\*se lavou.
- (16) Ele se viu no espelho depois que o João (o/\*se) lavou (ele).<sup>2</sup>
- (17) Ela se viu no espelho depois que o João (a/\*se) lavou (ela).
- (18) Nós nos/se viu(vimos) no espelho depois que o João nos/\*se lavou.
- (19) A gente se viu(vimos) no espelho depois que o João nos/\*se lavou.
- (20) Vocês se viu(viram) no espelho depois que o João (\*se) lavou (vocês).
- (21) Eles se viu(viram) no espelho depois que o João (os/\*se) lavou (eles).
- (22) Elas se viu(viram) no espelho depois que o João (as/\*se) lavou (elas).

<sup>2</sup> O(s) e a(s) são clíticos acusativos do PB que se encontram em variação com os pronomes plenos ele e ela, respectivamente. Os pronomes plenos de todas as pessoas podem aparecer na posição de objeto (pós-verbal) no PB, mas optei por destacar esta possibilidade apenas onde a variação é mais estável em PB. Para uma discussão mais acurada sobre o tópico, confira Carvalho (2008).

Nos contextos apresentados, o *se* tem apenas a interpretação reflexiva, diferindo dos outros clíticos, que podem entrar numa relação anafórica tanto localmente quanto não localmente, e podem também ser dêiticos e ter referência disjunta (cf. todos os clíticos que aparecem nas orações encaixadas). Já o *se* reflexivo é muito restrito: tem que ser anafórico, ter um antecedente local e não ser dêitico, como evidenciam as orações encaixadas em que *se* teria um referente diferente de João.

Assim, pela proposta de D&W, *se* seria diferente dos outros clíticos reflexivos no PB por ser menos especificado, e esta subespecificação, i.e., a ausência de certos traços componentes de um determinado elemento, estaria traduzida na sua estrutura. Assumo com D&W que os clíticos nas línguas românicas, com exceção do *se*, são  $\phi$ Ps, no sentido de que eles codificariam traços  $\phi$  (não necessariamente todos) na sua estrutura interna e podem ser (mas não necessariamente são) ligados localmente. Também compartilho da idéia de que a especificação das propriedades do clítico está relacionada à sua complexidade estrutural. Podemos fazer uma ponte entre esta complexidade estrutural, como definida por D&W (2002b), e a morfologia dos clíticos das línguas românicas, como discutida por Kayne (2000). Segundo Kayne, *m-* e *t-* são morfemas especificados para pessoa e número em francês e italiano. O autor usa como evidência a recorrência destes morfemas nas diferentes formas pronominais (possessivos, clíticos pré e pós-verbais etc.) destas línguas:

- (23) a. *mon livre* (meu livro) (francês)  
b. *ton livre* (teu livro)  
c. *Jean me voit* (Jean me vê)  
d. *Jean te voit* (Jean te vê)  
e. *Jean parle de moi* (Jean fala de mim)  
f. *Jean pense à toi* (Jean pensa em ti/você)
- (24) a. *la mia tavola* (a minha mesa) (italiano)  
b. *la tua tavola* (a tua mesa)



- c. Gianni mi vede (Gianni me vê)
- d. Gianni ti vede (Gianni te vê)
- e. Gianni parla de me (Gianni fala de mim)
- f. Gianni pensa a te (Gianni pensa em ti/você)

Se observarmos a tradução para o PB das sentenças do francês e do italiano, veremos que é possível estender a teoria de Kayne para o PB. Os morfemas m- e t- seriam especificados para as 1ª e 2ª pessoas do singular, respectivamente, assim como n- e v-<sup>3</sup> o seriam para as 1ª e 2ª pessoas do plural. Os morfemas de terceira pessoa seriam l- e s-. Porém, para Kayne, apenas s- forma uma classe natural com m- e t-. Kayne dá quatro motivos específicos para não agrupar o morfema l- junto aos morfemas m-, t- e s-: primeiro, os clíticos l- acusativos do francês e do italiano sempre têm uma marca de gênero, diferente dos clíticos m-, t- e s-; segundo, os pronomes l- determinantes frequentemente expressam o plural através da adição do morfema de plural; terceiro, l- nunca combina com o morfema possessivo que pode mostrar concordância de gênero com o núcleo nominal; finalmente, em alguns dialetos italianos, m- e t- são diferentes de l- com respeito à duplicação do clítico acusativo (KAYNE, 2000, p.140-141). Assim, em adição aos exemplos em (23) e (24), nós teríamos os de (25) e (26):

- (25) a. son livre (seu<sup>4</sup> livro/o livro dele(a)) (francês)
- b. Jean se voit (Jean se vê)
- c. Quand on parle de soi, ... (Quando se fala de si...)
- (26) a. la sua tavola (a sua mesa/a mesa dele(a)) (italiano)
- b. Gianni si vede (Gianni se vê)
- c. Parla di sé (Fala de si)

s- difere de m- e t- (e n- e v-), porém, quanto à especificação para número, já que ocorre com

<sup>3</sup> Este morfema estaria em pronomes com vous e voi, do francês e do italiano, respectivamente, e poderia ser traduzido para o PB como vocês. O pronome vós tem a sua ocorrência extremamente restringida no PB, sendo possível em registros muito formais, como o religioso, por exemplo.

<sup>4</sup> Em PB, seu é o possessivo para você, aparecendo como possessivo para ele ou ela apenas em registros formais.

antecedentes singulares e plurais. Kayne aponta também algumas restrições para clíticos e não clíticos do italiano e do francês, entre elas a restrição em relação ao traço de pessoa do antecedente que, nestas línguas, não pode ser outro que não o de 3ª pessoa:

- (27) \*Tu se voit (Tu se vê) (francês)  
(28) \*Io parlo de sé (Eu falo de si) (italiano)

Como visto anteriormente, esta restrição não se aplica ao PB. Kayne ressalta que ela também não é categórica em italiano, uma vez que alguns dialetos do norte da Itália permitem que o antecedente do clítico s- seja de primeira ou segunda pessoa:

- (29) Nun se lavo (Nós se lava(mos))<sup>5</sup> (milanês)

<sup>5</sup> 'We refl. wash' - glossa de Kayne (2000, p.148).

Kayne não se detém na análise deste fenômeno. Proponho, então, que esta restrição não se aplica ao PB (e, provavelmente, ao milanês) porque o clíticos s- não codificam os traços de pessoa, número ou gênero na sua estrutura interna.

A análise de D&W prediz que, sempre que uma língua tem mais de um marcador de reflexividade, o efeito bloqueador determina que o mais especificado sempre será selecionado para ligações locais. Há uma contradição na proposta de D&W de que o princípio bloqueador também atuaria nos reflexivos das línguas românicas. Pela definição abaixo, a forma mais especificada é aquela que contém mais traços:

- (30) Princípio Bloqueador: Selecione a forma mais especificada.  
(x é mais especificado que y se x tem mais traços que y).

As autoras fazem uso do efeito bloqueador para explicar que, nas línguas românicas, clíticos *s-* são mais especificados que os clíticos de 1ª e 2ª pessoas, funcionando, assim, como bloqueadores, ou seja, funcionando como reflexivos preferenciais. Neste ponto, as autoras não mencionam mais o critério de complexidade estrutural para definir o grau de especificação dos reflexivos das línguas românicas, e a contradição se dá justamente pelo fato de clíticos *s-* possuírem menos traços que os clíticos de 1ª e 2ª pessoa, ou seja, serem menos especificados, segundo a definição do princípio bloqueador apresentada acima.

Além disso, a adoção de um princípio bloqueador parece desnecessária numa teoria que já conta com a operação Numeração (CHOMSKY, 1995), responsável pela seleção dos itens que vão entrar na derivação.

### 3. Subespecificação e referência

A subespecificação parece um conceito muito útil para a explicação do comportamento diferenciado de algumas formas pronominais em muitas línguas, entre elas o PB. Ela pode explicar, por exemplo, porque *me* é gramatical em contextos como (31) e (32), enquanto *se* é agramatical na encaixada em (32), se o seu referente for o mesmo de *Eu*:

(31) *Eu me vi no espelho/Eu se vi no espelho.*

(30) *Eu se vi no espelho depois que o João me/\*se lavou.*

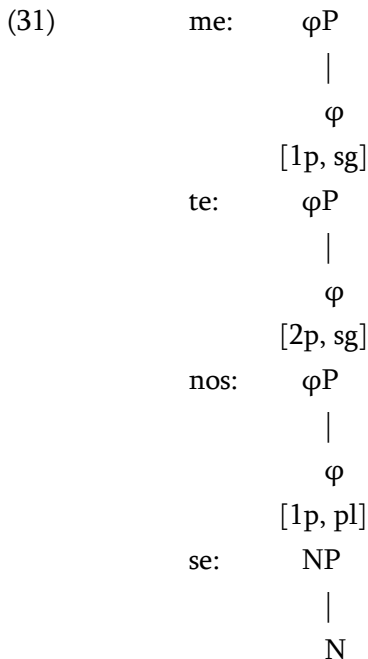
A subespecificação de *se* em relação a *me* teria reflexos nas suas propriedades referenciais: *se*, diferentemente de *me*, não é dêitico, o que, por consequência, traria restrições sintáticas para *se* que, obrigatoriamente, precisa estar no mesmo domínio que o seu antecedente. Esta subespecificação supostamente traria problemas para a relação entre o reflexivo e o antecedente, já que esta relação, caracterizada anafórica

nos termos de Chomsky (1981,1986a), seria determinada pela combinação de traços entre os dois itens (match)<sup>6</sup>, além de outros fatores, como localidade, por exemplo. Contudo, como evidenciam os dados apresentados até aqui, há contextos em que a não identidade entre traços do reflexivo e do antecedente não interfere na gramaticalidade da sentença.

Carvalho (2008) demonstra que uma teoria de concordância baseada na subespecificação de traços é compatível com uma teoria de traços enriquecidos, i.e., uma teoria que agregue ao tradicional conjunto de traços  $\phi$  (pessoa, gênero, número e Caso) traços até então considerados externos a ele, como os traços *speaker*, *addressee*, *participant*, *group*, *individuation*, entre outros.<sup>7</sup> Segundo o autor, a concordância entre elementos que possuem diferentes conjuntos de traços se torna possível a partir do momento que apenas a identidade entre o nó raiz dos dois elementos, i.e., o traço mais alto considerando-se que os traços de um elemento pronominal estejam dispostos geometricamente, é suficiente para que o mecanismo de concordância seja ativado e para que as suas condições sejam satisfeitas. O principal objetivo de Carvalho (2008) é explicar o sincretismo dos pronomes pessoais em PB e a sua conclusão é que, grosso modo, quanto menos traços um pronome possui em sua estrutura, menos restrições ele encontra em sua distribuição. Assumo parcialmente a tese de Carvalho (2008), uma vez que a subespecificação dos traços de gênero, número e pessoa do se reflexivo amplia o seu uso como reflexivo para antecedentes com qualquer especificação de traços  $\phi$ . A sua distribuição na sentença é, porém, extremamente restrita, como visto acima. Esta restrição é resultado da subespecificação severa de se e da presença do traço [SELF], que torna o se um reflexivizador. (30) ilustra as estruturas internas dos clíticos no PB:

<sup>6</sup> “A proximate pronominal bound by NP must match NP in the features gender, number and person (...)” (CHOMSKY, 1981).

<sup>7</sup> O autor utiliza os termos originais em inglês emprestados de Harley e Ritter (2002). Uma possível tradução para os termos seria: falante, destinatário, participante, grupo e individuação.



Como dito acima, em acordo com D&W, considero os clíticos do PB como φPs. O se reflexivo, porém, é um reflexivo NP, de acordo com a descrição das autoras:

As NPs, NP-reflexives are nominal constants. Whereas DP-reflexives enter binding via the identity relation (assigned coreference), this mechanism is not available for NP-reflexives by virtue of the fact that they are non-referential. For an NP-reflexive, the only way it can enter into coreference is via the predicate which introduces it. This is precisely the mechanism which Williams (1994) refers to as theta-binding. With a DP-reflexive a transitive relation R is not, strictly speaking, reflexive. Rather, coreference is established by the identity relation [...]. With NP reflexives, however, the transitive relation R is truly reflexive [...]. (D&W, 2002b, p. 75)

O se seria então o “verdadeiro” reflexivo, o que vai de encontro ao que é estabelecido pelo princípio bloqueador formulado pelas autoras, segundo o qual a

forma mais especificada seria a selecionada quando duas ou mais formas reflexivas estão disponíveis. A relação que há entre os outros clíticos e os seus antecedentes é de correferência que se dá através da identidade de traços, e não uma relação de reflexividade. Para D&W a reflexividade é um subproduto da correferência. Assumo, porém, com R&R que a reflexividade é uma propriedade de predicados, o que pode ser corroborado pelo fato de, em muitas línguas, predicados monoargumentais poderem ser reflexivos (cf. o inglês *I washed*). Além disso, o *se* do PB não possui referência alguma, não podendo, assim, entrar numa relação de correferência. A presença do traço [SELF] no *se* (e a sua ausência nos outros clíticos) o torna um reflexivizador, uma vez que a sua presença impõe uma interpretação reflexiva ao predicado, função esta que, para os outros clíticos, estaria condicionada a fatores sintáticos (identidade de traços com o antecedente, por exemplo). As representações semânticas das relações antecedente/clítico e antecedente/reflexivo seriam as mesmas já formuladas por D&W (2002b), mostradas abaixo:

- (32) a.  $R[x,y] \ x=y$                       reflexivo-DP  
       b.  $R[x,x]$                               reflexivo-NP
- (33) a. Eu me vejo no espelho.  
       b. Eu se vejo no espelho.

Em (34a), temos um predicado com dois argumentos, que entram numa configuração de ligação por estarem no mesmo domínio local e por possuírem traços  $\phi$  idênticos, que entram numa relação *match*. (35a) ilustra a fórmula de (34a). Já (35b) ilustra a fórmula de (34b), em que os dois argumentos são reduzidos a um através de uma ligação temática (WILLIAMS, 1994). Sintaticamente, a subespecificação do *se* reflexivo é refletida na impossibilidade deste aparecer em um contexto não local, pois ele é um reflexivizador incorporado ao

verbo. A definição da reflexividade de um predicado é feita ainda no léxico, a partir da escolha do item que será o seu argumento interno. Dado que um predicado P selecione dois argumentos, se um dos argumentos contiver o traço [SELF], P será reflexivo.

#### 4. Conclusão

A hipótese explorada neste artigo foi a de que a subespecificação de se em relação aos outros clíticos possibilita o seu comportamento diferenciado. Esta subespecificação teria reflexos nas propriedades referenciais de se que, diferentemente dos outros clíticos, não é dêitico, o que, por consequência, traria restrições sintáticas para o reflexivo que, obrigatoriamente, precisa estar no mesmo domínio que o seu antecedente, estabelecendo com ele uma relação local, sempre. Ou seja, se não pode ser ligado à distância. Assumi, então, que se é um elemento self nos termos de R&R, quando estes afirmam que o morfema -self, subcomponente de anáforas SELF (Ns morfológicamente complexos que combinam com um elemento pronominal, como os reflexivos do inglês, por exemplo) não possuem propriedades referenciais (nem traços). Neste sentido, os clíticos do PB, excetuando-se se, funcionariam como anáforas SELF, sendo a sua complexidade morfológica melhor traduzida nos termos de Kayne (2000) e D&W (2002a e b). Já se seria o elemento self em si, um reflexivo N nos termos de D&W (2002b), que entram numa relação de correferência através do predicado que os introduz. Para um reflexivo D (as anáforas SELF já citadas, por exemplo) uma relação transitiva não é, exatamente, reflexiva. A relação de correferência é, neste caso, estabelecida por uma relação de identidade ( $R[x,y] \ x=y$ ). Já para um reflexivo NP, a relação transitiva é verdadeiramente reflexiva ( $R[x,x]$ ). Propus, então, que esta propriedade reflexivizadora do se se dá pela presença do traço [SELF] na sua estrutura interna, sendo [SELF] um traço semântico que será responsável pela interpretação reflexiva do predicado em LF.

## Referências

CARVALHO, D. S. A estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, N. Barriers. *Linguistic Inquiry*, n.13, 1986a.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.

CHOMSKY, N; LASNIK, H. A teoria dos princípios e parâmetros. In: CHOMSKY, N.; LASNIK, H. *O programa minimalista*. Tradução, apresentação e notas à tradução: Eduardo Paiva Raposo. Lisboa: Caminho, p. 51-195, 1999.

CHOMSKY, N. *Derivation by Phase. MIT Occasional Papers in Linguistics*. 18. Cambridge, MA: MIT Working Papers in Linguistics, 1999b.

DÉCHAINED, R.; M. WILTSCHKO. Decomposing pronouns, *Linguistic Inquiry* 19, p.521-582, 2002a.

DÉCHAINED, R.; M. WILTSCHKO. Deriving Reflexives. WCCFL 21 Proceedings, ed. L. Mikkelsen and C. Potts, pp. 71-84. Somerville, MA: Cascadilla Press, 2002b.

KAYNE, R. *Parameters and Universals*. Oxford Studies in Comparative Syntax. New York: Oxford University Press, 2000.

REINHART, T. & REULAND, E. Reflexivity. *Linguistic Inquiry* 24: 657-720, 1993.

WILLIAMS, E. *Theta Theory in Syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1994.